PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão Universitária / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão Universitária pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão Universitária / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	■
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão Universitária / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da

capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão Universitária / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Direito Administrativo – Licitações, Pregão Presencial e Eletrônico, Dispensas e Inexigibilidades e Contratos

CARGA HORÁRIA: 340 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 43 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 120 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

O Governo, em todas as suas esferas e órgãos, como qualquer outra empresa, adquire bens e serviços junto à iniciativa privada. A grande diferença está no processo (forma) em que tais aquisições se realizam. Para que o governo realize uma aquisição, a regra geral é que proporcione ao mai0r número possível de empresas interessadas a participação. Por conta disso, o ente estatal deve seguir todo um conjunto de regras que está disposto na legislação, em especial na Lei No. 8.666/93, que regula as licitações públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu

desenvolvimento neste programa;

- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEUS CONTRATOS E A OBRIGAÇÃO DE LICITAR: Conceito de Administração Pública; a Obrigação de Licitar; Noções de Contratos Administrativos; Nova Legislação.
LEI Nº 14.133/21 – PRINCIPAIS MUDANÇAS - PLANO GERAL: Novidades Legislativas Trazidas pela Lei nº 14.133.
APLICAÇÃO DAS NORMAS DE LICITAÇÕES E DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Conceito e Finalidade da Licitação; Esferas de Aplicação da Legislação Relativa à Licitação; Vantagens e Desvantagens da Participação na Licitação;
VIGÊNCIA, REVOGAÇÃO E APLICAÇÃO: Conceitos Iniciais; Vigência da Lei nº 14.133/21; Destinatários da Lei nº 14.133/21; Âmbito de Aplicação da Lei nº 14.133/21;
PRINCÍPIOS E OBJETIVOS: Conceito Iniciais; Princípios Expressos; Novos Princípios; Objetivos do Processo Licitatório; Formalidades Relativas ao Processo Licitatório
DAS DEFINIÇÕES: Introdução; Principais Definições Trazidas pela Lei 14.133/2021
AGENTES PÚBLICOS DE LICITAÇÃO - AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Agentes Públicos; Agente de Contratação; Autoridade Superior; Comissão de Licitação;
DECRETO Nº 11.246/2022 - REGULAMENTAÇÃO DOS ATORES DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: Conceitos Iniciais; Atuação do Agente de Contratação; Atuação da Equipe de Apoio; Atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos;
DO PROCESSO LICITATÓRIO: Introdução; Critérios; Atos no Processo Licitatório; Vedações; Licitações em Consórcio e Cooperativas;
FASES DA LICITAÇÕES: Conceitos Iniciais; Inversão de Fases; Novo Regramento;
INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO: Introdução; Caracterização; Estudo Técnico Preliminar; Competências dos Órgãos Regulamentares; Modelagem da Informação da Construção;
NOVA MODALIDADE DE LICITAÇÃO - DIÁLOGO COMPETITIVO: Conceitos Iniciais; Modalidades Licitatórias; Diálogo Competitivo;
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Conceitos Iniciais; Menor Preço; Maior Desconto; Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico; Técnica e Preço; Critério Utilizado no Leilão; Maior Retorno Econômico;
DISPOSIÇÕES SETORIAIS: Introdução; Compras; Obras e Serviços de Engenharia; Serviços em Geral; Locação de Imóveis; Licitações Internacionais;
PROPOSTAS E LANCES: Introdução; Prazos para Apresentação de Propostas; Modos de Disputa; Lances Intermediários; Garantia de Proposta;
JULGAMENTO: Introdução; Desclassificação; Empate; Definição do Resultado;
HABILITAÇÃO: Introdução; Critérios; Documentação; Encerramento da Licitação;
PRAZOS DE DIVULGAÇÃO E DURAÇÃO DOS CONTRATOS: Mudanças de Prazo em Relação à Divulgação dos Editais; Previsão do Prazo para a Resposta ao Pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro; Duração dos Contratos;
HIPÓTESES DE DISPENSABILIDADE E NÃO OBRIGATORIEDADE DE LICITAÇÃO: Conceitos Iniciais; Hipóteses de Licitação Dispensável e Dispensada;
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES: Conceitos Iniciais; Situações Relativas à Inviabilidade da Competição; Credenciamento como Hipótese de Inexigibilidade; Aquisição ou Locação de Imóveis com Características Particulares;
ALIENAÇÕES: Introdução; Bens Móveis; Bens Imóveis; Concessão de Título; Investidura;
INSTRUMENTOS AUXILIARES: Credenciamento; Pré-qualificação; Procedimento de Manifestação de Interesse; Sistema de Registro de Preço; Registro Cadastral;
PUBLICIDADE E SIGILO: Conceitos Iniciais; Princípio do Sigilo das Propostas; Publicidade; Exceções à Publicidade; Publicidade Diferida;
REGIMES DE EXECUÇÃO: Conceitos Iniciais; Regime de Fornecimento e Prestação de Serviço Associado;
MODALIDADE ESPECÍFICA DE SEGURO E PROIBIÇÕES: Seguro-Garantia para Obras, Produtos e Serviços; Vedações à Participação;
NOVOS CRIMES E PENAS: Conceitos Iniciais; Título XI da Parte Especial do Código Penal, Capítulo II-B - Crimes em Licitações e

Contratos Administrativos;
ASPECTOS ECONÔMICOS DA LICITAÇÃO: Valores de Licitações; Aquisição de Artigos de Luxo; Matriz de Risco; Margem de Preferência;
LICITAÇÕES COMO INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO E REGULAÇÃO: Estatuto da Pessoa Com Deficiência e as Licitações Inclusivas; Função Regulatória das Licitações;
SOLUÇÃO DE CONFLITOS E COMPLIANCE NO PROCESSO LICITATÓRIO E O PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias; Programa de Integridade; Portal Nacional de Contratações Públicas;
FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Introdução; Cláusulas Necessárias; Convocação; Assinatura do Contrato; Forma; Direitos Patrimoniais; Caráter Obrigatório do Contrato;
GARANTIAS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Introdução; Modalidades de Garantia;
ALOCAÇÃO DE RISCOS E PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: Introdução; Riscos Contratuais Previstos e Presumíveis; Manutenção do Equilíbrio Financeiro; Prerrogativas da Administração;
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Introdução; Execução dos Contratos; Reserva de Cargo; Fiscalização; Contratação de Terceiros; Responsabilidades; Subcontratação;
ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Introdução; Hipóteses de Alteração; Alteração de Preços; Repactuação; Apostila; Hipóteses de Extinção Contratual; Espécies de Extinção; Nulidades Contratuais;
RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO E PAGAMENTOS: Introdução; Recebimento do Objeto do Contrato; Dever de Pagamento; Pagamento Vinculado ao Desempenho; Pagamento Antecipado;
NULIDADES DOS CONTRATOS: Introdução; Hipóteses de Nulidade; Declaração de Nulidade;
INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Introdução; Tipos de Infrações; Tipos de Sanções; Aplicação das Sanções; Apuração Conjunta; Desconsideração da Personalidade Jurídica; Multa de Mora; Reabilitação;
CONTROLE CONTRATUAL: Introdução; Impugnações; Pedidos de Esclarecimento; Recursos; Controle das Contratações;
LICITAÇÕES E CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS COMUNS: Conceitos Iniciais; Lei nº 8.987/1995; Aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021 às Concessões Comuns;
LICITAÇÃO E CONCESSÕES ESPECIAIS NO ÂMBITO DAS PARCERIAS PÚBLICO?PRIVADAS: Conceitos iniciais; Lei nº 11.079/2004; Aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021 às PPPs;
LICITAÇÃO E O TERCEIRO SETOR: Conceitos iniciais; A Relação Entre o Terceiro Setor e o Instituto da Licitação;
PESQUISA DE PREÇOS – ASPECTOS PROCEDIMENTAIS: Procedimento Administrativo Para a Realização de Pesquisa de Preços para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços em Geral;
LICITAÇÃO PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO, NA FORMA ELETRÔNICA: Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022; Pregão Eletrônico pela Lei N.º 14.133/2021;
EXECUÇÃO INDIRETA: Execução indireta de serviços na Administração Pública; Decreto nº 9.507/2018 e Instrução Normativa Nº 05/2017; Regras e Diretrizes do Procedimento de Contratação Indireta;
ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA: Conceitos Iniciais; Decreto nº 7.983/2013; Aspectos Procedimentais da Elaboração do Orçamento de Referência de Obras e Serviços de Engenharia;
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (“OSCIPS”) E LICITAÇÕES: Lei nº 13.019/2014: Conceitos Iniciais; a Relação entre as OSCIPS e o Instituto da Licitação;
FORÇAS ARMADAS E LICITAÇÕES: A Relação Entre as Forças Armadas e o Instituto da Licitação; Casos Específicos na Lei nº 14.133/2021; Análise do Decreto nº 11.137/2022;
PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL E SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE CONTRATAÇÕES: Conceitos Iniciais; Análise do Decreto nº 10.947/2022;
LEI 14.133/2021 E A JURISPRUDÊNCIA DO TCU: Conceitos iniciais; A Lei de Licitações e os Posicionamentos do Tribunal de Contas da União;
PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: Conceitos Iniciais; Análise do Comunicado nº 12/2022;
PASSO A PASSO ELABORAÇÃO DE UM EDITAL DE LICITAÇÃO (CHECKLIST)
RESOLUÇÃO DE EXERCÍCIOS